

HABEAS CORPUS Nº 523.450 - PR (2019/0217659-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **LEONARDO CORTEZ ABBONDANZA E OUTRO**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO JOSÉ MATTOS DO AMARAL - PR008296**
 : **LEONARDO CORTEZ ABBONDANZA - PR069524**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**
PACIENTE : **CÍCERO ALEXANDRE DA SILVA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CÍCERO ALEXANDRE DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Processo n. 0024189-60.2019.8.16.0000).

O paciente teve a prisão preventiva decretada por supostamente ter incorrido nas condutas previstas no art. 2º, § 4º, II, da Lei n. 12.850/2013 e no art. 158, § 1º, primeira parte, do Código Penal. O decreto prisional não foi cumprido, encontrando-se o réu em local ignorado, razão porque a instrução foi suspensa em 2016 em relação a este acusado (e-STJ fls. 1287-1288), os demais corréus foram condenados por sentença transitada em julgado.

Alega a defesa a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea para manutenção do decreto prisional, bem como na falta de contemporaneidade, já que a prisão preventiva foi determinada em 2015.

Requer a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva e, subsidiariamente, aplicadas as medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 1.313/1.314).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do writ; caso contrário, pela denegação da ordem rogada (e-STJ fls. 1.328/1.334).

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que o presente *writ* impugna prisão preventiva decretada em 24/6/2015, nos autos n. 0001220-89.2015.8.16.0162 (e-STJ fls. 43/51).

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre que a causa de pedir e o pedido deste *habeas corpus* relativo à revogação da prisão por ausência de fundamentação é idêntico ao do HC n. 349.385/PR, impetrado nesta Corte e denegado em sessão de julgamento realizada em 19/5/2016, configurando mera reiteração de pedido.

Por outro lado, vê-se que a alegada falta de contemporaneidade do decreto preventivo não foi objeto de exame pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 18/22), o que impede a análise por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância, não havendo, outrossim, ilegalidade flagrante, já que os fatos imputados ocorreram em 12/6/2015 (e-STJ fl. 548) e a prisão foi decretada em 24/6/2015.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator